



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento  
Receita Rio - Coordenadoria do IPTU

SICOP: 22104

REQUERIMENTO: IMUNIDADE/ISENÇÃO (IPTU) / ISENÇÃO (TCL E COSIP)

**I- PETIÇÃO**

O **proprietário** do imóvel abaixo descrito, ou, se for o caso, o locatário devidamente autorizado, por intermédio de **seu representante legal**, vem requerer reconhecimento de **IMUNIDADE/ISENÇÃO(IPTU) E ISENÇÃO (TCL E COSIP) - TEMPLOS**.

**Hipótese Legal:** Art. 156, § 1º, da Constituição Federal; Art. 150, inciso VI, b, da Constituição Federal; Art. 61, inciso XXII da Lei 691/84; Art. 5º, inciso V, da Lei 2687/1998; Art 2º, parágrafo único da Lei 5132/2009.

**II- DADOS DO IMÓVEL (preenchimento obrigatório).**

Inscrição:	Código do Logradouro (CL):
Endereço:	
Bairro:	CEP:

**III- DADOS DO REQUERENTE (preenchimento obrigatório).**

Nome:	
CPF/CNPJ:	E-mail:
Identidade e órgão expedidor:	Telefone (s):

**IV- DADOS PARA NOTIFICAÇÃO (preenchimento obrigatório).**

Nome:	
E-mail:	
Endereço:	
Bairro:	CEP:

**V- DADOS DO PROCURADOR (só preencher em caso de procuração).**

Nome:	
CPF:	E-mail:
Identidade e órgão expedidor:	Telefone (s):

<b>VI - DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O EXAME DO PEDIDO (apresentar original e cópia ou cópia autenticada, salvo: i. exceções sinalizadas; e ii. cópia simples do documento com código de validação, cuja autenticidade possa ser conferida no sítio eletrônico do Órgão ou instituição que a emitiu)</b>	(Preenchimento do Servidor) <b>DOCUMENTO JUNTADO?</b>
a) certidão do Registro de Imóveis (caso o titular não coincida com o indicado no último carnê do IPTU, será exigida certidão emitida menos de seis meses antes da data do pedido);	(S) (N) (NA)
b) contrato de locação (se for o caso);	(S) (N) (NA)

c) autorização, com firma reconhecida, para o requerente pleitear o benefício: c.1- a ser emitida pelo proprietário do imóvel, no caso em que o requerente seja promitente comprador não imitado na posse ou com promessa não registrada no Registro de Imóveis; c.2- a ser emitida pelo proprietário do imóvel ou pelo promitente comprador imitado na posse e com promessa registrada no RI, nos demais casos de pedido apresentado por ocupante;	(S) (N) (NA)
d) estatuto da entidade, ou ato de constituição, devidamente registrado;	(S) (N) (NA)
e) ata da assembleia que elegeu a atual diretoria;	(S) (N) (NA)
f) declaração das atividades efetivamente realizadas no imóvel, inclusive dias e horários, informando-se ainda desde quando o imóvel é utilizado como templo;	(S) (N) (NA)
g) último carnê do IPTU;	(S) (N) (NA)
h) conta de luz atual, em nome da instituição religiosa;	(S) (N) (NA)
i) CPF e carteira de identidade do representante do requerente;	(S) (N) (NA)
j) procuração do requerente, com firma reconhecida, e identidade do procurador (se for o caso).	(S) (N) (NA)
<p>● LEGENDA: (S) SIM ; (N) NÃO e (NA) NÃO APLICÁVEL</p> <p>VII– Conforme disposto no artigo 124 do Decreto 14.602/96, somente após a apresentação de todos os documentos relacionados no quadro Vi a consulta será considerada como regularmente formulada, e a atuação deste processo afastará a incidência de mora sobre o tributo objeto do pedido, se este for considerado devido, exceto se o requerimento foi efetuado após o prazo previsto para o pagamento do tributo (quando incidirão os acréscimos legais).</p> <p>A apresentação da totalidade dos documentos listados no item VI não implica o deferimento do pedido, nem impede que a autoridade competente para decidir solicite a juntada de outros elementos que julgar necessário.</p> <p>Conforme disposto no artigo 125 do Decreto 14.602/96, se o pedido for indeferido de plano por não terem sido apresentados todos os documentos exigidos, ou pelas demais hipóteses previstas no citado dispositivo, serão aplicados todos os acréscimos moratórios sobre o tributo devido, como se não tivesse sido protocolizado este requerimento.</p> <p>Para evitar a incidência de acréscimos moratórios, poderá ser efetuado depósito administrativo na forma prevista no Decreto 14.602/96, artigos 171 § 3º, 173 , 174 - I e parágrafo único.</p>	
<p>VIII– Declaro estar ciente do teor deste requerimento e dos termos constantes no quadro VI e VII.</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>_____</p> <p>Nome do Requerente ou Procurador</p>	<p>Recebido.</p> <p>Data: ____/____/____</p>